

PORTO VELHO NA DÉCADA DE 1980: FRAGMENTOS E PROJEÇÕES CULTURAIS

PORTO VELHO IN THE 1980S: FRAGMENTS AND CULTURAL PROJECTIONS

Aleandro Gonçalves Leite¹

Resumo: O presente artigo analisa de que forma a cidade de Porto Velho estava inserida no contexto das migrações para a Amazônia nos anos 1970 e 1980 e como esse mesmo contexto influenciou no processo de formação cultural da cidade. Essa análise busca entender, por meio da observação de discursos produzidos nos jornais de maior circulação da cidade no período, os elementos fragmentários da estrutura cultural de Porto Velho que se demonstraram em deliberada disputa pelos grupos que tentavam se estabelecer política e economicamente na região.

Palavras-chave: Porto Velho; Formação cultural; Discurso.

Abstract: This article examines how the Porto Velho city inserted in context was migration to the amazon in 1970 and 1980 and how this same context influenced in training process city cultural. This analysis search understand through the observation speeches produced in newspapers city largest movement in the period, the elements fragmentary of Porto Velho cultural structure que if demonstrated in deliberate dispute by groups tried settle policy and economically in the region.

Keywords: Porto Velho; Cultural training; Speche.

Introdução

A cidade de Porto Velho possui, como uma das suas principais características, a designação de “caldeirão cultural”,² cuja referência parece estar centrada nas diferentes frentes de ocupação e formação daquilo que atualmente corresponde à Porto Velho. Os intervalos e as continuidades entre um período de ocupação e outro são também acompanhados de distinções na origem das populações que participaram desse processo.

A soma desses fatores resultou em várias etapas e ressignificações na formação daquilo que poderíamos chamar de cultura portovelhense, onde, desde a sua origem, como observou Francisco Foot Hardman, já estava fragmentada em várias manifestações distintas de culturas que precisavam conviver no mesmo e curto espaço daquilo que era Porto Velho no começo do século XX.³ Essa fragmentação cultural não demonstrou ter se extinguido em momento algum da cidade de Porto Velho, pois nenhuma das populações que para essa cidade

¹ Pós-Graduando em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia. Professor Classe C da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. E-mail: aleandrokeane@gmail.com.

² AMARAL, José Januário de Oliveira. *Mata Virgem: Terra Prostituta*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

³ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma, a Modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

se deslocaram conseguiu homogeneizar qualquer prática religiosa, artística, econômica ou política que fosse capaz de delimitar um perfil cultural para os habitantes de Porto Velho.

Desde a sua instalação, Porto Velho passou por diferentes períodos de adaptação a essas fragmentações internas, modificando-se drasticamente a cada pico de fluxo migratório que, por diferentes motivos, incrementava ainda mais fragmentos na formação cultural da cidade. Um desses principais períodos de adaptação ocorreu no início da década de 1980, onde a cidade passou por uma das suas grandes transformações estruturais e demográficas, em que novos espaços urbanos precisaram se estabelecer para a instalação da nova população que estava se deslocando para Porto Velho. Essa transformação ocorreu em decorrência direta do intenso inchaço populacional provocado por diferentes frentes migratórias, que foram intensificadas em meados dos anos 70 para a Amazônia. Nessa fase, a vida cotidiana portovelhense, com a soma de novos hábitos e experiências, passou por mais uma etapa de ressignificações na sua formação cultural, cuja predominância passaria a ser disputada pelos novos grupos que estavam se estabelecendo no contexto econômico e político da cidade.

Porto Velho e o fluxo demográfico na década de 1980

No começo da década de 1980, segundo dados do Plano Diretor de 1990⁴, a população residente em Porto Velho era de um pouco mais de 133.000 habitantes. Esse contingente populacional, dez anos depois, havia alcançado, segundo o mesmo documento, a quantia de 306.216 habitantes. Esse inchaço demográfico, além de ter modificado a estrutura urbana da cidade, também agregou novos significados para os hábitos, os espaços e os lugares da formação cultural de Porto Velho.

Ao que tudo indica, o motivo pelo qual ocorre esse inchaço populacional, está diretamente relacionado ao projeto de efetiva integração da Amazônia ao restante do território brasileiro durante os governos da ditadura civil-militar. Vários programas e órgãos criados nos anos 60 e 70, tais como o Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 1966) e o Instituto

⁴ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1970), atraíram maciças levas de pessoas de várias partes do país para a Amazônia.⁵

A institucionalização e a busca por um tipo específico de desenvolvimento para a região, além de atrair muitas pessoas de outras partes do país, intensificou a crescente desruralização dos espaços ocupados na região norte. Segundo a análise de Lobato Corrêa, em 1960, apenas 37% da população amazônica não vivia em zonas rurais, já em 1980, esse percentual apontava que mais da metade dessa mesma população (51,6%) já estava residindo em áreas urbanas.⁶

Essa fuga do campo para a cidade, em seu auge, coincidiu com a instalação do Estado de Rondônia em janeiro de 1982, que, conseqüentemente, fazia de Porto Velho a capital da mais nova unidade federativa do país. Com isso, muitos novos recursos passaram a ser destinados para essa cidade, atraindo novos investimentos e novas pessoas que buscavam aproveitar o aquecimento econômico pelo qual Porto Velho estava passando. E um dos principais meios desse aproveitamento veio na forma de extração aurífera. Assim que se espalharam as primeiras notícias da existência farta de ouro no Rio Madeira, se inaugurou, somado aos motivos anteriormente expostos, mais um motivo para que muitas outras pessoas viessem para Porto Velho.

As notícias de ouro no Rio Madeira, atraíram uma grande quantidade de garimpeiros que vinham para a região com o intuito de enriquecer repentinamente. Em 1980 começaram a chegar as primeiras balsas vindas do Pará, a exploração em terra firme também aconteceu, contudo, sua participação não adquiriu a importância como a dos garimpos fluviais.⁷

Dessa forma, Porto Velho, na primeira metade da década de 1980, se tornou o ponto de encontro de duas grandes frentes de migração: Pela BR-364, com a formação de entrepostos do INCRA e a redistribuição das terras do interior do estado, paranaenses, mineiros, capixabas, gaúchos e outros se amontoavam nas caravanas que desde meados da década de 1970 estavam se instalando pelas cidades adjacentes ao eixo da rodovia⁸; e pelo

⁵ BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: *Parcerias Estratégicas*, nº 12, Brasília. 2001.

⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 01, nº 01. Rio de Janeiro: IBGE, 1987, p. 59.

⁷ NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. *Cenário da produção espacial urbana de Porto Velho*. 2009, 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, p. 169.

⁸ COY, Martin. *Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica*. Trad. Elizabeth Maria Speller. Universidade de Brasília/ORSTO: Fronteiras, 1988.

Rio Madeira, cuja função hidroviária manteve a cidade de Porto Velho dentro do fluxo demográfico interno da Amazônia, que se intensificou abruptamente no início da extração aurífera no Rio Madeira.

De certa forma, a frente migratória que chegava pelo Rio Madeira, era atraída por um tipo de atividade econômica com características elementares que não eram tão estranhas ao portovelhense, pois se tratava ainda de uma atividade extrativista, cuja relação homem-meio (apesar de se tratar de um minério e de um ambiente distinto) já havia sido experimentada durante o período em que o produto de extração era a seringa. Do outro lado, aqueles que vinham se aproximando pela BR-364, traziam como principal atividade econômica a agricultura, algo que, em se tratando de um perfil produtivo de larga escala, ainda não fazia parte da formação cultural de Porto Velho, sendo que sua produção agropecuária em 1990 “não chegava a atender às necessidades de consumo locais”.⁹

As duas frentes migratórias, que desembocavam em Porto Velho, deram-se de encontro a um cenário de intensas disputas. Se de um lado havia a aproximação do crescente agronegócio e do outro a chegada emergente dos garimpos e seus problemas, em Porto Velho, tentando permanecer no jogo político e econômico, estava uma elite remanescente do período áureo da exploração dos seringais. Essa elite, já em decadência nos anos 1980, buscou de diversas maneiras manter o monopólio das suas atividades econômicas e o controle quase irrestrito dos mecanismos de influência política, tais como a imprensa. Com isso, diversos elementos que ligavam o passado portovelhense dos seringais a figuras dessa elite eram constantemente evocados por meio de honrarias e gestos de “apreço coletivo”. Um bom exemplo dessas ações de agradecimento foi o título de Cidadão Honorário dado em agosto de 1981 a Joaquim Pereira da Rocha, ou, como preferiam os seus, o “Velho Rocha”.

Joaquim Pereira da Rocha é um dos pioneiros de Porto Velho. Nascido à 22 de abril de 1900, em Humaitá, veio para Rondônia se instalando no rio Machado, num seringal. É filho do casal Joaquim/Ana Leite Rocha e, em dois matrimônios, teve oito filhos. Além de ter trabalhado desde os tempos em que era seringueiro, tem vários seringais, investimentos imobiliários em Porto Velho, é o proprietário do jornal *A tribuna* e foi em suas terras que, na década de 50 se descobriu a primeira mina de cassiterita. A entrega da comenda, segundo disse o vereador Abelardo Castro, poderá acontecer durante os festejos de elevação de Rondônia à Estado.¹⁰

⁹ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990, p. 27.

¹⁰ VELHO Rocha agora é Cidadão Honorário. *Alto Madeira*. Porto Velho. p. 01. 21 de ago. de 1981.

A escolha desse personagem como suporte para a presente reflexão se dá pelo fato de ele carregar aquilo que poderia ser chamado de “ponto de toque” do que representava o campo de disputa da elite portovelhense e os seus novos antagonistas. Joaquim Pereira da Rocha, tal como outros representantes da elite local, era um seringalista (disputa agrária com a redistribuição fundiária promovida pelo INCRA), possuía investimentos imobiliários em Porto Velho (a década de 1980, concomitante ao auge da especulação imobiliária em Porto Velho, foi marcada por intensos conflitos armados ocasionados em sua maioria pela grilagem de loteamentos privados)¹¹ e era dono de um jornal local (palco da soma das disputas que continuariam a ocorrer nos anos seguintes). Esses elementos eram os principais pontos de litígio dos quais participaria os grupos até então dominantes na margem do Rio Madeira. É justamente na eleição honrosa de uns “pioneiros” em detrimento de uns “invasores” que se denota a tentativa de, por meio do enaltecimento dos símbolos, dos personagens e dos valores próprios à elite do período, fazer uma espécie de “demarcação territorial” da predominância política e econômica que se pretendia.¹² Além disso, o palco pretendido para a honraria noticiada possui uma carga muito significativa da confluência dessas disputas, a saber, “durante os festejos de elevação de Rondônia a Estado”.

A década de 1980, com isso, se configura como o auge de uma disputa identitária, cujo fim ainda é desconhecido, para se tentar designar a cultura portovelhense. Um dos principais palcos dessa disputa eram os jornais de maior circulação do período, tais como o *Alto Madeira* e o *Guaporé*, cujas projeções para a cultura de Porto Velho se manifestaram das mais variadas formas, elegendo inúmeras figuras para representar o tipo de população, de economia, de política e de desenvolvimento que se pretendia cunhar como marca de identificação do ser portovelhense. Conforme os argumentos elaborados por essa disputa, denota-se que o objeto de litígio do período, ou seja, a definição cultural de Porto Velho, também estava intimamente relacionado com a disputa pelo poder político da cidade, cujos contornos culturais pareciam ser os definidores dos então futuros heróis do passado.

¹¹ INVASÃO, acesso ao Jardim ainda bloqueado: Raquel presa. *Alto Madeira*. Porto Velho. p. 01. 23 de mai. de 1984.

¹² Sobre as disputas identitárias desse processo, uma questão de extrema importância foi levantada por Valdir Aparecido de Souza, em que a relação dos instrumentos de representação cultural também adquirem força na conquista por espaços na constituição da memória coletiva e, conseqüentemente, nos símbolos oficializados na instalação do estado de Rondônia. SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*. f. 192. Tese (doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011.

Projeções conflituosas de uma cultura ideal e seus outros fragmentos

Seria muito simplório, ou até mesmo irresponsável, pensar na constituição cultural de uma determinada sociedade única e exclusivamente por meio de um discurso imperativo ou propagandístico da imprensa. Tal como pensa Richard Hoggart, os meios de comunicação de largo consumo – ou “comunicação de massa” como ele prefere chamar – não possuem em si nenhum poder de transformação cultural que seja maior do que o próprio cotidiano de quem pratica a cultura, tanto na manutenção da linguagem quanto em outros elementos da tradição ao qual os indivíduos estão envolvidos.¹³ Dessa forma, o discurso presente nos jornais é muito mais útil para expor as projeções culturais de quem está envolvido na sua elaboração do que para traduzir linearmente os elementos que constituem a formação cultural de quem o recebe. E, em se tratando de Porto Velho, essa exposição aponta para projeções extremamente fragmentadas e amplamente disputadas nos anos 70 e 80.

Em 1975, por exemplo, havia uma certa euforia com os possíveis rumos que tomaria o então Território de Rondônia. O Rio Madeira, até aquele momento a principal porta de acesso à cidade, vinha gradativamente dividindo esse posto com a BR-364 que, além de aos poucos trazer novos migrantes vindos do sul e sudeste do país, trazia também notícias sobre a efetiva ocupação e desenvolvimento que estava ocorrendo no interior do território. Tais notícias provocavam reações das mais variadas formas.

Vários ciclos econômicos já se passaram no Território de Rondônia, destacando-se de modo especial o extrativismo da borracha, da castanha do Pará, vindo a seguir a implantação das indústrias mineralizadoras de cassiterita, rasgando o solo, dando nova feição a economia regional. Com o advento das rodovias BR-364, 319 e 236 surgiram inúmeros núcleos agropastoris de entidades privadas e públicas. (...) O Território foi invadido por uma forte avalanche de progresso, grandes imigrações surgiram, balançando os alicerces da economia tradicional.¹⁴

Um dos tipos de reações, tal como essa publicada no jornal *Alto Madeira*, era quase um clamor para que essa porta inaugurada com a rodovia se abrisse completamente e o dito progresso também contemplasse Porto Velho. Tais pretensões se justificavam por se entender que a economia extrativista, ainda predominante na cidade, representava um atraso no desenvolvimento da mesma. Argumentos tais como o de Leandro Tocantins de que “o baixo nível educacional das populações, agravado pela dispersão num território quase sem

¹³ HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Lisboa: Presença, 1973, p. 41.

¹⁴ NOVA economia. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 06 de mai. de 1975.

limites (...), são corolários imediatos do extrativismo”¹⁵, eram utilizados de forma recorrente para justificar a projeção ideal de uma cultura que se rendesse ao avanço das populações e suas técnicas agrícolas que estavam se instalando pelo eixo da BR-364. Com a reocupação de Porto Velho por essas pessoas vindas do sul e sudeste do país, seria, da perspectiva dos grupos que representavam esses interesses, apenas uma questão de tempo para que esse mesmo desenvolvimento experimentado em suas regiões de origem se estabelecesse também às margens do Rio Madeira.

A propaganda empregada com o intuito de exaltar as modificações que estavam ocorrendo no interior do Território visava uma modificação não apenas no sistema produtivo da economia, mas sim, da estrutura cultural de Porto Velho. A velha figura do caboclo amazônico era constantemente exposta como uma personificação do atraso no desenvolvimento social¹⁶. Mesmo que uma simples propaganda não possua o poder de convencimento imediato da necessidade de expurgar o velho extrativista e incorporar o novo agricultor, a repetitividade dessa ação faz com que sempre essa projeção cultural seja uma possibilidade visível, até que em algum momento, assim como em outro contexto percebeu Peter Burke, “se um indivíduo produz inovações ou variações apreciadas pela comunidade, elas serão imitadas e assim passarão a fazer parte do repertório coletivo da tradição”.¹⁷

A repetição das propagandas que anunciavam o progresso e o desenvolvimento como resultados imediatos da nova frente de colonização era sintomática nas suas justificativas sociais, onde termos como “integração”, “inserção” e “oportunidade” se intercalavam sequencialmente à chegada dos novos trabalhadores rurais assentados pelo INCRA.

¹⁵ TOCANTINS, Leandro. *Amazônia - Natureza, Homem e Tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Civilização Brasileira, 1982.

¹⁶ A caracterização do caboclo e das populações denominadas tradicionais, como os povos indígenas, além da natureza, como símbolos de atrasado é algo presente na historiografia brasileira. Euclides da Cunha, intelectual moldado pelos valores positivistas que deram forma à República brasileira, ao descrever a Amazônia na obra *À Margem da História*, caracteriza o cauchero como “irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia.” Para o autor, o cauchero era o “homúnculo da civilização.” Cunha vê a ocupação da Amazônia, que inclui o atual Estado de Rondônia, como algo fora da diretriz no progresso. Assim, no sentido da compreensão daquilo que caracterizava para ele a ideia de progresso-desenvolvimento, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, além de sua importante função econômica e geopolítica seria, “sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora e de paz”. (CUNHA, 2006, p. 64,99).

¹⁷ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500 – 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 138.

A integração do homem rural e sua consequente promoção vem alcançando metas bastante promissoras. Tudo que ela representa hoje, nestes 5 anos de INCRA, é fruto de muito arrojo, muita fibra e força de vontade. Uma luta de gigantes, é preciso que se diga. Enfim, é a história dos nossos bandeirantes de hoje sem botas, sem armas, sem ambição. Sem bandeira são as metas cumpridas, são estradas que levam a riqueza em lugar do nada, como que artérias que injetam sangue novo no organismo deste gigante, que se levanta do berço esplêndido.¹⁸

Ocorre, porém, que a elite portovelhense, que experimentara até então ecos do próspero período extrativista, buscava ainda garantir os espaços no cenário econômico e político do novo contexto pelo qual passava a cidade. Essa busca se manifestara por meio de variadas medidas que atingiam diretamente as ações de órgãos e empresas intimamente envolvidas na chegada do agronegócio em Rondônia (tais como o INCRA e a CODARON)¹⁹ e que compartilhavam das páginas de jornais como o *Alto Madeira* como palco de legitimidade das suas ações.

O mesmo periódico que publicava notícias eufóricas sobre o avanço do agronegócio e seus empreendedores pela BR-364, se tornou espaço para o repúdio desse mesmo avanço. Se para um determinado grupo a substituição do extrativismo pela agricultura significava um salto no desenvolvimento social, para outros, essa mesma substituição simbolizava o último golpe dado pelas costas naqueles que um dia representavam a elite econômica na Amazônia Ocidental: Os Senhores da borracha, ou, como alguns colonistas locais preferiam chamar, os “coronéis de barranco”.²⁰

O processo de demarcação e recorte das terras consideradas latifúndios e a sua subsequente reocupação organizada pelo INCRA, deu a tônica para os principais conflitos que ocorriam no interior do então Território. Quanto mais essa reocupação se aproximava de Porto Velho, mais larga a porta de acesso pela rodovia ficava para à entrada dos pequenos, médios e grandes agricultores sulistas que seriam beneficiados por essa reforma agrária. As terras que eram adjacentes a Porto Velho, entretanto, em sua maioria, eram posse dos antigos seringalistas da última grande fase da borracha que, por conta da desvalorização do produto, investiram na compra de mais terras esperando que o “ouro negro” logo retomasse o seu altíssimo valor de mercado. Com a política de reforma agrária, o INCRA, órgão competente para tal, destituiu a posse de terras que eram imensos seringais, repartiram em lotes e organizaram a sua redistribuição.

¹⁸ EDITORIAL. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 06 de jul. de 1975.

¹⁹ SERINGUEIROS querem a regularização da posse. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, de abr. de 1986.

²⁰ CORONEL de barranco e o INCRA. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 17 de jun. de 1975.

Os antigos donos das terras que estavam sendo incorporadas nessa nova política de reforma agrária aos poucos se insurgiam contra esse avanço da nova colonização do Território. Essa transição fez com que o INCRA se tornasse o grande alvo daqueles que não queriam o avanço do agronegócio sobre os seringais. Uma das ações que tentou impedir esse avanço, foi a busca por novas linhas de financiamento para a extração do látex, criando novos focos de beneficiamento e consumo interno. O jornal *Alto Madeira* publicou em 1975 trechos de um documento que havia sido encaminhado à Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) por parte da Associação dos Seringalistas de Rondônia, no qual, se clama por uma intervenção nessa nova tentativa de ressuscitar a atividade nos seringais, e se acusa a nova colonização do interior do Território como sendo um dos fatores responsáveis pela desvalorização da extração do látex.

A ocupação do Território, por famílias oriundas, principalmente do Centro Sul, determinou um rompimento no sistema anteriormente existente, tendo contribuído para isso a implantação da BR-364 e a boa qualidade das terras. A colonização foi uma consequência desses fatores e após iniciada oficialmente em 1970, contribuiu decisivamente para o esvaziamento dos seringais e para a substituição de atividades, passando o Território do extrativismo à agricultura e pecuária.²¹

A tentativa de consolidar um determinado tipo de atividade econômica em Porto Velho estava em disputa, muito provavelmente, pelo fato de esse tipo de extrativismo e o agronegócio não serem compatíveis. Ambos carecem de grandes extensões de terra, um para a manutenção da floresta com a farta presença das seringueiras, e o outro para o plantio dos diferentes produtos demandados pelo mercado.

Mesmo que de forma não dita, a instalação de uma atividade econômica predominante, se caracteriza como um fator determinante, ao menos em grande parte, na formação cultural predominante de uma determinada população. Dentro daquilo que Maria Cevasco chama de “cultura comum”, a formação cultural pode ser vista pela soma dos elementos que são construídos nas práticas cotidianas de todos os membros da sociedade.²² Sendo assim, as práticas cotidianas também estavam em disputa na consolidação de uma prática econômica específica, onde se formaria, com a aquisição de recursos e a incorporação popular na mão de obra, ou uma cultura respaldada pelo agricultor, que vinha se instalando no

²¹ A PRODUÇÃO da borracha no Território Federal de Rondônia. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 05, 26 de nov. de 1975.

²² CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 139.

interior do Território, ou uma cultura respaldada pelo extrativista, que há muito tempo havia se instalado na Amazônia.

O ressentimento por parte da elite portovelhense – na eminência de perder as suas terras para o agronegócio – se manifestou nas páginas dos jornais locais de forma apelativa ao público leitor, e buscou travar essa disputa econômica também nos espaços de constituição identitária, onde elementos como a história local, os hábitos já consolidados e os símbolos de representação social eram evocados em longos e elaborados discursos que reafirmavam o valor da cultura extrativista. Em um desses discursos, Josias Macedo – um dos principais colunistas do jornal *Alto Madeira* – expõe uma série de argumentos e símbolos que antagonizavam a relação entre os personagens históricos da Amazônia e a ação empreitada pelo INCRA.

A borracha foi o tesouro da Amazônia. Todos ganhavam. Muitos ficaram ricos. E, alguns, no auge da opulência, acendia o charuto com nota de Quinhentos Mil Reis. Mas, veio o declínio do ouro negro: a miséria passou a rondar os grandes feudos. Os latifúndios que cresceram nessa época, passaram a ser entraves a seus donos. O conhecido “coronel de barranco”, nome dado ao verdadeiro desbravador e colonizador da Amazônia, estava caminhando para o fim. Isto aconteceu nos idos de 1900. Agora, com o progresso, o pouco que restou àqueles que desbravando, lutando, para fixar-se no interior da hileia Amazônica, estão novamente ameaçados, pois ao invés de colocar o dinheiro nos cofres dos bancos, a fim de render juros irrisórios, empregaram-no na compra de grandes áreas, que agora são considerados latifúndios pelo INCRA. (...) Desbravar para não entregar e outros slogans. Os artífices da nova Amazônia não descançavam em anunciar essa nova era. E os antigos “coronéis de barrancos” prepararam-se para voltar. Para Lutar. Entretanto, eles não esperavam encontrar um novo adversário, não externo, como foi no caso da borracha, mas interno. Este novo adversário é o INCRA. E, esses latifundiários, que construíram esse império de terras, com lágrimas, suor e muito trabalho e, porque não dizer, com muito sangue e coragem, não estavam preparados para lutar contra essa autarquia.²³

Na tentativa de reafirmar a força da presença histórica daquilo que seria a figura do “verdadeiro desbravador e colonizador da Amazônia”, Josias Macedo busca em um título simbólico de autoridade a legitimidade da presença dos seringalistas na região amazônica. Presença essa, revestida do enaltecimento heroico e sofredor na abertura da densa floresta, beirando a representação de um mártir – “lágrimas, suor, sangue, coragem” –, maximizando, assim, o valor do pertencimento aparentemente mútuo entre o “coronel de barranco” e a Amazônia. Dessa forma, a ação do INCRA no redimensionamento espacial dos

²³ CORONEL de barranco e o INCRA. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 17 de jun. de 1975.

lotes rurais e sua posterior redistribuição para os agricultores vindos do sul-sudeste do país, parecia algo extremamente injusto e covarde.

Essa disputa entre os seringalistas e o INCRA entrou em cena uma série de vezes, tanto nos jornais como também nas superintendências que gerenciavam os múltiplos setores da economia amazônica. Com isso, ao fim dos anos 1970, um cenário de múltiplas possibilidades estava montado para a chegada da década de 1980. Nesse período culminaram longos e efetivos processos migratórios que modificaram completamente o dimensionamento espacial urbano de Porto Velho.

O litígio ocorrido entre os seringalistas e o INCRA, travado no decorrer dos anos 70 e 80, seria visitado e reorganizado – principalmente no que diz respeito à disputa pela formação cultural – pelo surto do garimpo no Rio Madeira. Aquilo que já poderia ser considerado um “caldeirão cultural”, entrou em estado de fervura quando em 1980 começaram a chegar as primeiras balsas vindas do Pará, atraídas pelas notícias da presença farta de ouro no Rio Madeira. Em pouquíssimo tempo, o garimpo monopolizou, direta ou indiretamente, quase toda a mão de obra disponível em Porto Velho, gerando empregos tanto nas dragas que faziam a sucção do ouro, quanto nos vários setores que se mobilizaram em torno da extração aurífera, ou seja, metalúrgicas, oficinas especializadas em mecânica, agências bancárias, lojas de compra e venda de ouro e etc. No final da década de 1980, o garimpo era ainda a principal atividade econômica de Porto Velho, o reaquecimento do comércio de bens de consumo e o crescimento do setor de serviços possuem como causa imediata, nesse período, a exploração mineral no Rio Madeira.²⁴

Uma gama de serviços e atividades surgiu com a implantação dos garimpos, sejam eles manuais ou por dragas e balsas. Estas atividades não compreendiam aquelas envolvidas diretamente na extração, mas envolviam uma gama de atividades que incluíam desde atividades comércio, serviços, lazer, imobiliárias entre outras. (...) A proximidade dos garimpos da cidade de Porto Velho associada à estruturação que a mesma já possuía em razão de ter se constituído como centro regional, desde a implantação dos núcleos urbanos fez com que ocorresse na região grandes transformações.²⁵

Com a emergência do garimpo, ocorre uma inversão no cenário econômico das redes de fluxo migratório da Amazônia. Algo que Alberto Carlos Pereira chama de *refluxo*

²⁴ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

²⁵ NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. *Cenário da produção espacial urbana de Porto Velho*. 2009, 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, p. 169.

*relativo*²⁶, em que a frente migratória de expansão agrícola, exógena e predominante na década de 1970, foi sobreposta e invertida por um refluxo endógeno, provocado pela emergência na década de 1980 da mineração como atividade econômica altamente rentável. Na Amazônia, como um todo, vários pontos de intensa atividade mineradora são instalados, no caso de Rondônia, esse refluxo foi delimitado pelos acessos ocasionados pelos cenários já estabelecidos até então, que, basicamente, culminavam em Porto Velho.

De certa forma, esse *boom* do ouro fez com que a disputa que já vinha sendo travada entre o agronegócio e o extrativismo na formação cultural de Porto Velho fosse incrementada por um fator econômico que acabou tragando todos os investimentos para si. Tal fator, o garimpo, em pouco menos de uma década, se consolidou como mais um construtor elementar daquilo que se pensa ser a cultura portovelhense. A formação dos pequenos aglomerados urbanos às margens do Rio Madeira, muito parecidos com as famosas *currutelas*, abrigavam uma população majoritariamente de migrantes do norte²⁷, que, além de se estabelecerem por meio dos valores, crenças e hábitos elaborados no espaço anterior de vivência, criavam e reelaboravam as suas próprias vivências do cotidiano no garimpo.

É importante lembrar também, que o surto do ouro no Rio Madeira não se configura como um caso isolado de ascensão do extrativismo aurífero. A formação dos grandes conglomerados de garimpeiros nas proximidades de Porto Velho é parte de um processo de redirecionamento econômico que abarca a Amazônia como um todo (SAWYER, 1982).²⁸ Esse redirecionamento, além de provocar um refluxo migratório, fez também com que um tipo específico de cultura se formasse no entorno físico e simbólico do garimpo. Ou seja, o incremento de migrantes do norte em Porto Velho frente a expansão agrícola, não configura apenas uma disputa entre a formação cultural do migrante do centro-sul e o migrante amazônico, representa, todavia, a formação de um tipo específico de vivência ainda não experimentada na origem da partida de um ou de outro, configurando, portanto, a possibilidade da formação cultural cunhada nos próprios moldes da linguagem, das trocas e das experimentações espaciais do próprio lugar a ser estabelecido pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

²⁶ PEREIRA, Alberto Carlos. “Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80”. In: *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

²⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 01, nº 01. Rio de Janeiro: IBGE, 1987, p. 63.

²⁸ SAWYER, D.R. *A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e a debilitação da fronteira amazônica*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1982.

Essa disputa, marcada pela reconfiguração cultural dessas novas vivências, é também interpelada pela macro dinâmica à qual o surgimento da vida no garimpo sugere. Tendo em vista o contexto geopolítico da década de 1980, os garimpos na Amazônia surgem como uma atividade majoritariamente fronteiriça, marcando os limites entre a economia formal e a extração clandestina, entre a legalidade e a marginalidade, em que a relação do Estado com o garimpo, seus motivos e suas consequências, será pautada pela tensão causada pela quebra (ou brecha) na estrutura pensada para o desenvolvimento da Amazônia.

É como se os garimpos, ao mesmo tempo em que seguissem as linhas traçadas pelo Estado e/ou abertas pelos grandes ciclos econômicos, desviassem-se dessa rota, na medida em que fogem do controle e dos interesses governamentais, bem como se diferenciam em seu modo de trabalho (e de vida) de um regime estritamente racional capitalista, cujo elemento central é o trabalho assalariado. Desta forma, os garimpos parecem ocupar os interstícios do processo de territorialização do espaço que o Estado propicia através dos grandes projetos. Uma fronteira, seja qual for, é continuamente negociada. Geográfica e economicamente o Estado vai avançando com seu ordenamento jurídico, objetivando dar conta, controlar ou rechaçar essas formas não estatais de organização produtiva, gerando respostas desses coletivos. Assim se tem a composição espalhada de um modo de vida a partir de uma forma de produção econômica, a exploração de um recurso natural/mineral, mas ao mesmo tempo essa forma de produção desenvolve um modo de vida particular, e a chamada “cultura de garimpo” ou “cultura de pequena mineração” é uma das faces mais importantes desse modo de vida em sua relação tensional com o Estado.²⁹

No caso de Porto Velho, essa relação tensional com o Estado foi paulatinamente se consolidando em representações da atividade garimpeira como estando intimamente relacionada ao banditismo. A atividade mineradora possui duas faces conflituosas na Amazônia, em uma estão as empresas que agem pela legitimidade da extração mineral, na outra está efetivamente o garimpo, termo que se refere majoritariamente à extração (manual ou mecanizada) clandestina. Em Rondônia essa disputa já havia se demonstrado nas jazidas de cassiterita, monopolizadas em meados dos anos 70 por um “pool” de empresas que receberam do Estado alvarás diversos de pesquisa e lavra.³⁰ Na extração fluvial, porém, por uma série de fatores, o garimpo clandestino concorria com muita força contra as empresas que empreendiam as “ações legítimas” de mineração. Em momentos diversos a imprensa local de Porto Velho associava esse fluxo de garimpeiros, ou de pessoas

²⁹ TEDESCO, Leticia da Luz. *No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia Social (UFRGS), Amsterdam, 2015, p. 130.

³⁰ PEREIRA, Alberto Carlos. “Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80”. In: *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

direta ou indiretamente envolvidas com essa atividade, aos muitos problemas enfrentados pela cidade, principalmente ao aumento exponencial dos índices de violência e aos graves problemas fundiários no entorno da cidade, em que a mesma estaria entrando em “uma perigosa escalada no rumo da subversão e sublevação da ordem na escala dos valores sociais”.³¹ Nesse mesmo fragmento, o colunista do jornal aponta a empresa mineradora Jacundá, e o desenvolvimento formal que viria desse tipo de empreendimento, como a vítima e o contraste ao caos que recairia sobre a cidade com o crescimento das atividades clandestinas.

A ligação do garimpo ao banditismo ampliou o campo de disputa desses fragmentos que estavam atuando na formação da cultura portovelhense. O discurso, porém, não se sobrepôs ao cotidiano das vivências que estavam forjando os hábitos dessa nova população, que aos poucos, pela clandestinidade ou por ações legítimas, garantiu sua permanência na cidade.

Dessa forma, portanto, ao final da década de 1980, Porto Velho havia se estabelecido efetivamente como um mosaico formado por diversos fragmentos culturais, cuja constante reelaboração agregou à população portovelhense características múltiplas, na música, na religiosidade, na economia, na culinária e em diversas outras áreas da sua formação cultural.

Considerações finais

A tentativa de entender a cidade de Porto Velho por sua característica fragmentária pode parecer um tanto arriscada, pois, caracterizar uma cultura pela sua heterogeneidade, significa quase uma descaracterização cultural, isto é, não havendo nenhum tipo de amarra que unifique um conjunto de hábitos e costumes em um mesmo espaço, não há, conseqüentemente, um delimitador suficiente para se designar um tipo específico de cultura. Com o desenvolvimento dos estudos culturais na segunda metade do século XX, porém, a cultura aos poucos deixou de ser vista como uma estrutura homogênea e progressiva, instituindo, gradativamente, a possibilidade de pensar a cultura como algo híbrido e, mesmo correspondendo a um pequeno espaço ocupado por não muitas pessoas (como Porto Velho), transitório em fases e distinções que se estabelecem em diferentes períodos. Isso se torna

³¹ AÇÃO subversiva. *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 22 de mai. de 1984.

ainda mais flexível quando as várias faces da relação entre o indivíduo e a cultura no processo de formação das identidades aproximam-se da ideia de Stuart Hall, em que, falando sobre o processo de fragmentação do sujeito pós-moderno, o mesmo afirma que “as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso”.³²

Ainda que esse tipo de análise incorra em uma série de dificuldades e riscos voluntários, “é uma espécie de dever do crítico de cultura, do teórico da contemporaneidade, resgatar o projeto do discurso da diferença”.³³ É justamente nesse discurso em que se apega a ideia de *fragmentum*, como algo que é parte e não todo, para designar a formação cultural de Porto Velho. Um todo da cultura portovelhense não parece ser possível de se identificar como algo homogêneo, pois as suas várias etapas de fluxo migratório trouxeram para a cidade diferentes pedaços de conhecimentos, hábitos e costumes, dando, assim, ao portovelhense uma formação cultural fragmentada.

Porto Velho, portanto, como um “caldeirão cultural”, além de já carregar uma característica análoga a esse caldeirão desde a sua instalação em 1914, teve a década de 1980 como um dos períodos de maior representação desse rótulo. A história de Porto Velho, vista por essa perspectiva, é também agraciada por essa heterogeneidade cultural, pois, uma vez que não seja possível evocar apenas um tipo de representação cultural para a cidade, torna-se, assim, possível uma história escrita sobre o olhar de múltiplas representações, onde a pluralidade das relações cotidianas abre o caminho para o exercício da pluralidade na produção acadêmica sobre a cidade.

³² HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 12.

³³ PRYSTHON, Angela. “Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens*. Universidade Tuiuti do Paraná, v. 9, n. 1, 2010, p. 22.